

ABC precisa reformular indústria para atrair recursos, dizem especialistas

Henrique Araújo

Governança e alinhamento entre os centros universitários, indústrias e prefeituras devem estar mais em prática para o ABC ganhar, de fato, com o aporte de R\$ 300 bilhões previstos em créditos ao setor industrial do País, anunciado pelo governo federal dia 22 de janeiro. Ao RDtv, Ricardo Pereira Trefiglio, docente das Escolas de Negócios e Politécnica da USCS (Universidade de São Caetano do Sul) e colaborador do Centro de Inovação Inova USCS; e Alexandre Damásio, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de São Caetano, comentam sobre a visão econômica da iniciativa e como as indústrias do ABC podem se beneficiar com o pacote.

Para Damásio, a política industrial ganhou com a notícia, mas ainda é cedo para determinar até onde a indústria pode ser impactada. “Inicialmente não sabemos para onde vamos, mas sabemos o ponto inicial. Por falta de indicadores e metas que devem vir do governo federal, só podemos imaginar o quanto essa iniciativa pode impactar a região quando aplicada, beneficiando as indústrias e, conseqüentemente, a sociedade, com geração de emprego e renda”, diz.

Damásio lembra que a indústria é o setor que paga melhor em benefício econômico, atuando diretamente na concessão de crédito, aumento da escolaridade, condição de compra, geração de emprego e capacitação. Porém, afirma que a falta de governança e direcionamento do investimento comprometem saber o quão proveitoso o benefício aportado será benéfico.

Nesse sentido, Trefiglio reforça que a mão de obra qualificada será fundamental para o desenvolvimento industrial na região. “Não digo nem pelo dia a dia, mas para o desenvolvimento futuro da indústria do ABC, pois os centros universitários, as indústrias e o governo precisam se alinhar a um único objetivo”, comenta.

O ABC conta com polos universitários e unidades da Fatec em toda sua extensão, e segundo Trefiglio, o que falta é se vender melhor para os investidores. “Não vendemos bem a região, o que prejudica diretamente a permanência de indústrias nas cidades. Temos de mostrar o que há de bom em benefícios e como o

empresário sai ganhando”.

Damásio completa, e diz que para uma indústria sair de um território é bem custoso, o que impede de muitas empresas saírem por definitivo da região, e que por sua vez faz com que reconheça os benefícios de instalar empreendimentos nas cidades onde estão.

Mudanças e adaptações nas indústrias

Segundo Damásio e Trefiglio, a previsão é que o investimento impacte a região em torno de dois a seis anos. A causa da prospecção remete a alguns fatores que ocorrem neste período, como as eleições gerais, que a cada dois anos alteram todo o planejamento feito pela gestão anterior, seja ele municipal, estadual ou federal, e principalmente, pela falta de um órgão regulador que atue nas 7 cidades para promover o investimento na região.

Para ambos, a realidade é que por se tratar de um aporte nacional, por si só, já é um investimento amplo. Quando vamos para a região existe um fracionamento de poder entre as 7 cidades, sem uma entidade forte que responda por todas. “Invés de as cidades se unirem para buscar um investimento pela região, cada município preza o benefício próprio, o que dificulta o acesso ao aporte”, relata Damásio, ao incentivar a necessidade da criação de um órgão regional dedicado inteiramente a indústria.

Além da criação de um órgão regulador, Trefiglio explica a necessidade da reformulação da indústria para setores mais vantajosos. “O setor da saúde é o futuro da indústria no ABC. Estamos vendo já algumas indústrias se aproximando da região, principalmente em São Caetano e Santo André. É interessante que as empresas percebam que, com a mesma matéria-prima e tecnologia, é possível fabricar novos produtos que atendam novas demandas”, diz. Assista a entrevista na íntegra.

Nova Indústria Brasil

Batizado de Nova Indústria Brasil, o pacote reedita políticas de antigas gestões petistas ao prever R\$ 300 bilhões em financiamentos e subsídios ao setor, até 2026, além de uma política de obras e compras públicas, com incentivo ao conteúdo local (exigência de compra de fornecedores brasileiros).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lidera a iniciativa, mobilizando R\$ 250 bilhões dos R\$ 300 bilhões previstos em créditos ao setor produtivo. Desse total, R\$ 77,5 bilhões já foram aprovados em 2023, sendo R\$ 67 bilhões do banco de fomento e R\$ 10,5 bilhões da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que administra o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3379899/abc-precisa-reformular-industria-para-atrair-recursos-dizem-especialistas/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Economia